

EXPERIÊNCIAS DE PRECONCEITO VIVENCIADAS POR UNIVERSITÁRIO NEGRO AUTODECLARADO GAY^{1 2}

Wellington Magno-Silva^{3 4}, Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8025-6206>
Pedro Henrique Silva Batalhione^{3 5}, Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0218-3256>
Isabela Saraiva de Queiroz^{3 6}, Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0839-1512>
Celso Francisco Tondin^{3 7}, Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4588-0553>

RESUMO. Este estudo analisa práticas de racismo e de preconceito contra a diversidade sexual, vivenciadas por um universitário autodeclarado negro e gay. Trata-se de um estudo qualitativo, orientado por pressupostos epistemológicos feministas, que utilizou o conceito de interseccionalidade como ferramenta para capturar as opressões vivenciadas em torno de dois eixos de subordinação: raça e sexualidade. Utilizou-se como técnica a entrevista narrativa, caracterizada como uma estratégia metodológica de pesquisa não estruturada e em profundidade, sendo os dados discutidos com base na Análise Crítica do Discurso, que se pauta nas estruturas do discurso e nas relações de poder como fundamentalmente produtores de sujeitos. Constatou-se a presença de segregação espacial, produção e manutenção de imagens negativas associadas à população negra, e hierarquização e inferiorização racial e sexual no estabelecimento das relações afetivas. Propomos, como ferramenta ético-política, a desestabilização das múltiplas opressões produzidas pelos paradigmas da modernidade universal — masculina, branca e heterossexual — como possibilidade de luta por patamares mais elevados de justiça social e igualdade de direitos.

Palavras-chave: Racismo sistêmico; sexismo; enquadramento interseccional.

EXPERIENCES OF PREJUDICE EXPERIENCED BY SELF-DECLARED GAY BLACK UNIVERSITY STUDENT

ABSTRACT. This study analyzes practices of racism and prejudice against sexual diversity, experienced by a self-declared black and gay university student. This is a qualitative study, guided by feminist epistemological presumptions, which used the concept of intersectionality as a tool to capture the oppressions experienced around two axes of subordination: race and sexuality. Narrative interview was used as a technique, characterized as an unstructured and in-depth methodological research strategy, with the data discussed based on the Critical Discourse Analysis based on the structures of discourse and power relations as fundamentally producers of subjects. Was found the presence of spatial segregation, production and maintenance of negative images associated with the black population, was also racial and sexual ranking (hierarquization) and inferiorization in the establishment of

¹ Apoio: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – (CAPES).

² Editor de seção: Marilda Gonçalves Dias Facci

³ Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei-MG, Brasil.

⁴ E-mail: welligthon@hotmail.com.br

⁵ E-mail: pedrobatalhione@hotmail.com

⁶ E-mail: isabelasq@ufs.edu.br

⁷ E-mail: celsotondin@ufs.edu.br



affective relationships. We propose, as an ethical-political tool, the destabilization of the multiple oppressions produced by the paradigms of universal modernity – male, white and heterosexual – as a possibility of fighting for higher levels of social justice and equal rights.

Keywords: Systemic racism; sexism; intersectional framework.

EXPERIENCIAS DE PREJUICIO VIVIDAS POR ESTUDIANTE UNIVERSITÁRIO NEGRO AUTODECLARADO HOMOSEXUAL

RESUMEN. Este estudio analiza las prácticas de racismo y prejuicio contra la diversidad sexual, vividas por un estudiante universitario negro y gay autodeclarado. Se trata de um estudo cualitativo, guiado por presupuestos epistemológicos feministas, que utilizó el concepto de interseccionalidad como herramienta para captar las opresiones vividas en torno a dos ejes de subordinación: raza y sexualidad. Se utilizó como técnica la entrevista narrativa, caracterizada como una estrategia de investigación metodológica no estructurada y en profundidad, con los datos discutidos con base en el Análisis Crítico del Discurso basado en las estructuras del discurso y las relaciones de poder como productores fundamentalmente de sujetos. Se encontró la presencia de segregación espacial, producción y mantenimiento de imágenes negativas asociadas a la población negra, y jerarquización e inferiorización racial y sexual en el establecimiento de relaciones afectivas. Proponemos, como herramienta ético-política, la desestabilización de las múltiples opresiones que producen los paradigmas de la modernidad universal – masculina, blanca y heterosexual – como posibilidad de luchar por mayores niveles de justicia social e igualdad de derechos.

Palabras clave: racismo sistemático; sexismo; marco interseccional.

Introdução

Este artigo analisa as experiências de um estudante, negro e gay, integrando a pesquisa de mestrado em Psicologia intitulada *Preconceito e violência contra homens gays universitários: análise de processos de hierarquização e inferiorização social* (Magno-Silva, 2020), que teve como objetivo compreender como o preconceito atua como mecanismo de manutenção das relações de poder, hierarquização e inferiorização social no contexto de uma Universidade Pública, frente à realidade de homens gays universitários. Neste estudo, constatou-se que a consolidação de práticas democráticas exige reflexões que considerem as injustiças produzidas historicamente na intersecção entre diferentes categorias sociais: raça, gênero, classe e sexualidade.

Pressupõe-se que os mecanismos de manutenção das desigualdades sociais e as múltiplas práticas de opressão são intercruzados e devem ser pensados a partir da lógica ocidental que construiu, historicamente, um regime social e político patriarcal, branco e heteronormativo (Akotirene, 2019). Dessa forma, as opressões são compreendidas numa perspectiva que considera a violação de direitos e de corpos específicos, que interdita as possibilidades de experimentação de uma vida digna, atuando mediante de uma lógica que impõe níveis subalternos de experiência humana, fundamentada na hierarquização colonial que concebe determinadas vidas como sendo mais valiosas do que outras (Curiel, 2017).

O mundo moderno comprehende a realidade com base no estabelecimento de categorias dicotomizadas, homogêneas e hierárquicas, de acordo com os princípios do capitalismo e da lógica colonial, que construíram as noções de 'ser homem' e 'ser mulher'

a partir de imposições sociais da construção binária de gênero e do ideal de branquitude como dispositivos de poder para o controle e vigilância dos corpos colonizados (Lugones, 2014). Assim, pessoas com atributos físicos específicos: brancas, burguesas, heterossexuais etc., eram tidas como civilizadas e reconhecidas pelos colonizadores como humanos; e povos africanos escravizados, comunidades indígenas nas amérias e qualquer sujeito fora dos modelos normativos eram categorizados como “[...] espécies não humanas – como animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens” (p. 936).

Nesta pesquisa, colonialismo, branquitude, heteronormatividade e interseccionalidade compõem o referencial teórico-analítico. Os saberes do feminismo negro e do feminismo chicano possibilitam análises ampliadas a respeito das marcas e ditames do colonialismo perpetuadas até a atualidade, caracterizando este estudo como de base “[...] materialista, antirracista e antissexista” (Curiel, 2019, p. 239), e que envia esforços para a desestabilização da lógica colonial, mantida a partir de sistemas patriarciais e racistas, e que atravessa todas as instituições, instâncias sociais e redes de sociabilidade.

Para Kilomba (2019), o colonialismo se refere ao exercício de domínio de uma nação sobre a outra, que não se restringe às fronteiras territoriais. É nesse sentido que práticas históricas de racismo são mantidas pelo exercício hegemônico da branquitude como supremacia racial em diferentes culturas. No Brasil, Almeida (2018) considera que a manutenção do sistema estrutural capitalista necessita da atualização do racismo, viabilizada pela produção discursiva do mito da democracia racial e pelo silenciamento decorrente dos “[...] pactos narcísicos entre os brancos” (Bento, 2002, p. 1) frente à desigualdade racial.

Curiel (2019) afirma que a ideia de democracia racial, empregada por intelectuais já na década de 1930, fortalece, desde então, os ideais de dominação do homem branco e heterossexual à medida que leva a uma compreensão simplificada da realidade, o que assegura a manutenção de relações assimétricas de poder entre diferentes grupos étnicos e mascara o caráter ideológico da mestiçagem, que se construiu com base no estupro e exploração de mulheres negras e indígenas, e nos ideais de políticas de branqueamento. Isto é, a democracia racial é uma ideia falaciosa, pois nega a existência do racismo.

A branquitude é compreendida como os traços de identidade racial dos indivíduos brancos, que em suas dimensões subjetivas, psicológicas, simbólicas, concretas e objetivas concebem o pertencimento racial branco como um ideal universal de humanidade (Bento, 2002). O conceito é mister para refletir sobre as relações raciais no Brasil e investigar práticas cotidianas de racismo, pois esta categoria social foi invisibilizada pelas consensualidades presentes no mito da democracia racial, pelos debates sobre mestiçagem, pelo silenciamento do pensamento racial e pela construção da subjetividade das pessoas brancas, ao não incluírem o papel de seu grupo nos mecanismos de manutenção das desigualdades raciais.

Acreditamos, portanto, que investigar as práticas de violência contra pessoas não heterossexuais sem alcançar o debate racial é insuficiente para compreender os complexos mecanismos de poder que se almeja desestabilizar, visto que as construções em torno das categorias de gênero e sexualidade são atravessadas por dinâmicas baseadas em processos coloniais, sistemas de escravização e de racialização (Marques Junior, 2016). Nessa direção, o pensamento feminista negro ensina a pensarmos o sistema de dominação não de forma separada e hierarquizada, mas na interligação entre as múltiplas opressões e o que elas produzem, e quais as condições estruturais que marcam e produzem significados subjetivos sobre corpos negros e não heterossexuais, de modo a romper com as cisões construídas em determinado sistema de desigualdade social

(Akotirene, 2019). Enfim o conceito de interseccionalidade evidencia que o funcionamento das opressões se refere aos diversos pertencimentos identitários, como as categorias mulher, negra, lésbica, pessoa com deficiência (diferença funcional), gay etc..

Do mesmo modo, Curiel (2017) trata os pertencimentos identitários de modo a não conceber esses marcadores como identidades autônomas e separadas que em algum momento se interligam, e que tais categorias, que marcam diferenças sociais, não são inatas e essencialistas, mas, sim, produzidas pelos processos do sistema moderno colonial de gênero. Ou seja, a interseccionalidade retira o caráter de emergência autônoma dos marcadores de diferenciação.

De acordo com os dados do *Atlas da violência 2019*, 75,5% das vítimas assassinadas no Brasil são pessoas negras (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA], 2019). Quando considerado o pertencimento étnico-racial e a orientação sexual e de gênero, o último relatório publicado pelo Estado brasileiro sobre violência contra a diversidade sexual informa uma discrepância significativa entre não heterossexuais brancos e negros, uma vez que 39,9% das vítimas de homicídio por preconceito sexual são pessoas negras (pretos e pardos), 27,5% são pertencentes ao grupo branco, 0,6% às categorias de amarelos e indígenas, e 32% têm perfil sociodemográfico não informado (Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República [SEDH/PR], 2014).

Corroborando essa realidade, estudos a respeito da experiência de ser negro LGBT+ (Oliveira, 2018; Veiga, 2018; Caetano et al., 2019; Júnior & Coutinho, 2019) retratam um cenário que legitima os ideais de branqueamento (Veiga, 2018) e a reprodução de preconceitos fundamentados na lógica heteronormativa (Prado & Machado, 2008). Assim, reconhecendo que as dinâmicas sociais de opressão de raça e de sexualidade operam nos processos de subjetivação, as vivências trazidas pelo participante da nossa pesquisa apontam para a emergência da consciência racial da branquitude na luta antirracista e da politização de diferentes sujeitos na luta antissexista.

A partir desses pressupostos teórico-metodológicos, constatou-se no estudo realizado por Magno-Silva (2020) que a Universidade, embora possibilite, em alguma medida, o acesso a conhecimentos críticos e de contra-hegemonia, ainda (re)produz e garante a manutenção das estruturas reguladas pela lógica colonial e sexista que, por intermédio de práticas heteronormativas e de branquitude continuam a produzir experiências de subalternidade (Grosfoguel, 2016). Dessa forma, buscaremos possíveis articulações entre as experiências do estudante e o debate teórico-conceitual referido, operando na construção de um conhecimento crítico como possibilidade de produzir tensionamentos nos dispositivos mantenedores das lógicas racista e de preconceito sexual, isto é, reivindicando as experiências de raça e sexualidade.

Método

Trata-se de investigação qualitativa, fundamentada em pressupostos epistemológicos e metodológicos feministas. Utilizamos como instrumento de acesso às experiências de homens gays a entrevista narrativa. Caracterizada como uma estratégia metodológica de pesquisa não estruturada e em profundidade, a técnica possibilita posicionar historicamente diferentes sujeitos (Jovchelovitch & Bauer, 2003).

Visando preencher uma lacuna do estudo que originou o presente trabalho (Magno-Silva, 2020), visto que não tratou de forma satisfatória as reflexões do campo das relações étnico-raciais, a utilização da interseccionalidade amplia as análises realizadas sobre as experiências de preconceito vivenciadas por um estudante universitário negro autodeclarado gay. O estudo inicial contou com a participação de sete estudantes, sendo

somente um deles negro, experiência ora considerada. Eles estudavam em uma Universidade federal do interior de Minas Gerais, e o estudante considerado para este estudo tinha 19 anos e cursava o sexto período de seu curso, quando da produção dos dados.

Todos os estudantes foram contatados por meio da técnica de *snowball*, uma ferramenta não probabilística que se utiliza de cadeias ou redes de referência para a sua configuração (Vinuto, 2014). Esta ferramenta é eficaz na localização de sujeitos de difícil acesso, sobretudo aqueles que estão dispostos a falar sobre suas experiências pessoais de discriminação, violência e opressão. No entanto, apontamos para uma fragilidade da técnica: a não captura das especificidades individuais e/ou coletivas de pessoas que, em seu processo de subjetivação, são atravessadas por diferentes marcadores sociais da diferença. Exemplo disso é que, em nosso estudo, obtivemos a participação de apenas um estudante negro.

A utilização, em termos analíticos, da interseccionalidade, portanto, justifica-se pelo fato de que estudar as experiências de preconceito contra orientação sexual e/ou identidade de gênero, sem considerar as implicações e atravessamentos das hierarquias históricas de raça, classe e outros marcadores sociais de diferenciação no interior desses grupos, limita a compreensão da realidade da população de não heterossexuais em sua diversidade, inclusive racial (Nogueira & Oliveira, 2010). Ponderamos, assim, que a bola de neve traz o risco de produção de conhecimentos que não capturem as especificidades de grupos vulnerabilizados, reproduzindo as estruturas e relações sociais de poder que se quer desestabilizar.

Com vistas a promover a narrativa dos entrevistados, foi elaborado um roteiro contendo duas perguntas disparadoras: “Você poderia me contar sobre suas experiências como homem gay ao longo da vida?; Você poderia me contar sobre suas experiências como homem gay na Universidade?”. Consideramos que a adoção de perguntas mais genéricas poderia capturar de modo mais abrangente as experiências de preconceito.

As entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra, sendo analisadas a partir dos pressupostos da Análise Crítica do Discurso (ACD). Autores feministas e teóricos queer historicamente têm apontado para a importância da produção de um conhecimento que leve em conta as estruturas de poder nas instituições e nas relações interpessoais. Foucault (1971) entende que a produção discursiva decorre das relações sociais de poder; por isso, a ACD busca dar conta da historicidade das relações e práticas concretas encontradas no discurso (Fischer, 2001), utilizando-se de estratégias que considerem as estruturas do discurso e do poder como fundamentalmente produtores de sujeitos.

O estudo está em consonância com as resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos das Unidades educacionais de São João del-Rei (CEPSJ), sob o número de protocolo CAAE: 11694119.8.1001.5151. O participante assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), dando ciência dos objetivos e procedimentos do estudo. A fim de preservar o anonimato e a confidencialidade, ocultamos quaisquer informações que poderiam identificá-lo.

Resultados e discussão

Um dos mecanismos estruturais de manutenção de práticas racistas é a discriminação nas relações cotidianas e nos territórios urbanos. Integra um projeto de dominação racial a divisão territorial entre negros e brancos em que determinadas localidades assumem um caráter espacial segregacionista por parte de grupos raciais

hegemônicos. Herança de um processo histórico de racismo estrutural, dificilmente negros são gerados fora dos nichos de pobreza e vulnerabilidade social, tal como evidencia o relato a seguir:

O bairro onde eu moro, por exemplo, é um bairro que só tem brancos. Aqui em [nome da cidade] você tem uma espacialização do preconceito, uma espacialização do racismo. A questão geográfica de bairros também interfere nisso e você tem a entrada de uma pessoa de cor dentro de um bairro predominantemente de pessoas brancas, de uma classe média alta. Daí também tem um choque, por exemplo, você não chegar de carro, tem interferência de olhares muito estranhos. Você sente as pessoas acelerando o seu passo em outra direção, e daí você evita também de chegar perto dessas pessoas. Aí eu acho que tem várias problemáticas que surgem a partir daí, por exemplo, o individualismo das pessoas a partir do racismo, né? Em termos de olhares: será que ele é mesmo universitário? Entendeu?

No sustentáculo do racismo estrutural, aplica-se um *apartheid* social na distribuição dos usos dos espaços sociais, que faz com que a população branca ascenda às posições de destaque na sociedade, gerência de empresas, moradia em bairros melhores, acesso a melhores universidades etc., e a população negra continue a ocupar os lugares sociais de subalternidade: bairros periféricos, prisões, manchetes de violência policial etc. (Luz, 2011), o que faz reverberar no imaginário social uma percepção equivocada e estereotipada sobre a população negra. Subordinado à lógica do racismo estrutural, o bairro de moradia do entrevistado se configura como local onde a convivência com pessoas negras não acontece sem práticas de preconceito racial – explícitas ou veladas – e sem que seu próprio status social (universitário) seja objeto de questionamento.

Podemos perceber a fragmentação das relações sociais e das coletividades por meio de uma segregação geográfica e manutenção dos mecanismos que configuram as experiências de subalternidade de grupos étnico-raciais historicamente vulnerabilizados, o que tem como consequência o fortalecimento dos sistemas de dominação e, consequentemente, de sustentação das hierarquias raciais e sexuais na dinâmica social, dificultando a construção de redes de enfrentamento contra-hegemônicas. Considerando o conceito de interseccionalidade, identificamos na dinâmica social a deslegitimação da orientação sexual da pessoa que é negra e gay como possibilidade de existência.

A partir de um sistema heteronormativo, a sexualidade negra é, em geral, negada e associada às ideologias da virilidade masculina e da potência sexual (Luz, 2011). Um trecho da narrativa do entrevistado expressa isso:

Você tem a ideia de que ele [homossexual negro] tem que ser ativo, por exemplo. E aí você tem várias questões unidas. Você tem a questão de o homem negro ser forte: forte fisicamente e psicologicamente. [...] Você tem esse estereótipo todo de ser negro e de que ele tem que ser ativo e ele tem que ser forte. [...] O entendimento de que ninguém vai perceber você como uma pessoa sensível.

Historicamente, há uma construção ocidental heteronormativa que estabelece o homem branco e heterossexual como sujeito superior e, portanto, digno de legitimidade, e concebe o homem negro de forma animalizada, exótica e fetichizada (Veiga, 2018). O entrevistado evoca a hipersexualização do corpo negro que, a partir da construção social ocidental – heteronormativa, masculina e branca –, reduz a humanidade de homens negros à dimensão do corpo e às performances sexuais, corroborando a manutenção de determinados modos de preterimento no campo afetivo-sexual que estão relacionados à máxima: “[...] branca pra casar, mulata pra f... e negra pra trabalhar” (Freyre, 2003, p. 36).

Você vem com essa carga toda, desde a infância. Aí você automaticamente já coloca dentro de você que para se realizar você tem que ter alguma pessoa branca. E no caso gay, o cara gay branco. Isso

acontece muito claro. [...] O que as pessoas fazem, o que caras brancos fazem, inclusive gays brancos fazem. [...] Depois que você fica com o cara, ele não assume que ficou com você. Talvez por você ser negro: não tem como eu afirmar isso, entendeu? Por isso, é algo muito sutil, mas você não percebe. Você tem certeza absoluta disso porque você sentiu aquilo. Depois a pessoa simplesmente não assume que ficou com você, entendeu?

Ora, se, nos sistemas de dominação masculina, a manutenção da máxima anteriormente referida legitima a inferioridade de mulheres pretas em relação às brancas, no campo afetivo-sexual de homens gays acontece, do mesmo modo, a hipersexualização, fetichização e negação do corpo negro. São práticas que acabam por deslegitimar a sensibilidade e subjetividade do sujeito negro, mantendo os estereótipos associados à potência sexual, virilidade masculina e sensualidade do corpo negro, subservientes à lógica heteronormativa.

Prado e Machado (2008) argumentam que o preconceito é um importante mecanismo de manutenção das hierarquias sociais/sexuais, sendo uma de suas funcionalidades a distorção perceptiva das pessoas sobre a realidade por meio da ocultação das condições históricas pelas quais ele foi construído e da naturalização de processos de desigualdades sociais, “[...] passando desde o aniquilamento humano e a violência social até formas de inclusão subalternizadas” (p. 68). A partir disso, compreendemos que as práticas de racismo recreativo – o humor que fortalece a hostilidade racial (Moreira, 2019), por exemplo – demonstram dinâmicas de preconceito que, pelo mascaramento de nossa linguagem do cotidiano, piadas de cunho vexatório, constrangimentos etc., dividem e posicionam o ‘outro’ como um ser inferior, anormal e não humano. A fala do entrevistado ilustra essa realidade:

Piadinhas contínuas sobre cor de pele ou, por exemplo, sobre a origem das pessoas. [...] Aí você faz um pedido para parar, primeiro, e a pessoa simplesmente não atende. Você tem este bloqueio porque a pessoa é sua amiga em várias questões, mas ela fala sobre isso e te machuca profundamente. Daí você precisa trabalhar contra isso, né? Falando até que ela não te escuta. E aí você tem que – falar com ela de uma forma mais drástica, pedindo para ela parar porque ela está sendo racista. Dentro de uma Universidade! A pessoa para de falar depois.

O racismo recreativo é um dos mecanismos que integram o projeto de dominação racial, consolidando a identidade social das pessoas brancas como moralmente superiores, e é um dos meios de gratificação psicológica delas a partir da inferiorização das minorias raciais. O grupo racial branco justifica suas práticas de hostilidade por meio do humor, (re)produzindo o mito da democracia racial à medida que essas narrativas tentam empregar um ideal de harmonia entre os grupos étnico-raciais. É nessa falaciosa cordialidade que o racismo estrutural atua como pedagogia que (re)produz as hierarquias raciais, mantendo as relações de assimetria asseguradas por diferentes dispositivos sociais de poder (Moreira, 2019).

As vivências do universitário demonstram que a construção social de estereótipos associados à raça e a sua reprodução por meio de práticas de humor possui uma função política e ideológica que viabiliza a circulação coletiva destes estereótipos para transformar em realidade concreta o ideal de humanidade branca, pactuado em algum nível entre aqueles que concordam com a sua superioridade, naquilo que Bento (2002) chama de pacto narcísico da branquitude. Nessa dinâmica, características referentes à raça são concebidas e apropriadas pela sociedade como parâmetro para a consolidação de práticas discriminatórias (Moreira, 2019). Não por acaso, o entrevistado utiliza ferramentas de linguagem que expressam, de forma mais incisiva, o caráter racista das piadas, e como forma de desestabilização dos sistemas de cerceamento da fala aos quais a população negra é submetida historicamente.

A utilização do humor como instrumento de hostilidade racial possui uma potência simbólica na materialização do racismo, pois (re)produz narrativas invisibilizadoras da magnitude do sentido de raça, fortalecendo o discurso social de que não existe racismo (Moreira, 2019). A negação do racismo é mais uma estratégia de legitimação das estruturas de exclusão racial e de manutenção do preconceito à medida que o silenciamento, a consensualidade e a negação do grupo racial dominante sobre as práticas de racismo representam um distanciamento do debate racial. Ao contrário, tornar públicas experiências históricas de opressões (escravidão, colonialismo etc.), negadas, reprimidas e mantidas nos espaços de não nomeação pode ter como consequência direta a desestabilização dos sistemas hegemônicos produtores de experiências subalternas (Kilomba, 2019).

Ainda, é imprescindível demarcar que o racismo recreativo não é interpretado como crime pela Justiça brasileira, sob a égide de que ‘não existe’ a intencionalidade da ação de ofender e pelo fato de que suas instituições estão predominantemente sob o domínio dos brancos. Tal configuração potencializa a dimensão social e institucional do racismo (Moreira, 2019).

Sujeitos que escapam aos regimes normativos, como as pessoas homossexuais, são constantemente convocados a oferecer explicações sobre suas experiências, diferentemente daqueles que ocupam socialmente o lugar da norma: os heterossexuais (Seffner, 2013). Nessa mesma via, não é por acaso que uma gama de estudos sobre as relações raciais brasileiras tem sido unilaterais: silenciam as ‘heranças’ materiais e simbólicas da branquitude a partir do sistema de escravização e o papel desse grupo racial no atual controle dos privilégios sociais (Bento, 2002). Diante disso, é imprescindível refletir sobre o lugar da branquitude na construção das instâncias subjetivas, concretas e objetivas na (re)produção e potencialização de práticas racistas, e demarcar que, no Brasil, o racismo é um fenômeno frequentemente colocado como um debate que focaliza apenas as pessoas negras (Moreira, 2019).

O silenciamento e a omissão do papel da branquitude na discussão acerca das relações raciais são estratégias utilizadas para mascarar e preservar os exercícios de poder e suas práticas de subordinação em relação aos sujeitos racializados. Nessa dinâmica, a branquitude hegemônica opera por meio de diferentes ideologias racistas, estabelecendo sua identidade social como um modelo cultural detentor de uma superioridade intelectual, moral, estética, sexual e de classe, e impondo, assim, um parâmetro universal que violenta todos os outros grupos étnico-raciais (Moreira, 2019).

Um dos paradoxos da realidade brasileira diz respeito ao reconhecimento, pela grande maioria da população, da existência do racismo, ao mesmo tempo que há um elevado quantitativo de pessoas que não se admite como racista. Entretanto, a compreensão do racismo em sua dimensão estrutural possibilita percebermos a inexistência de espaços institucionais e sociais livres das dinâmicas de preconceito racial. Tomemos essa passagem:

Estando na rua, quando você não tem uma visualização direta da orientação sexual, mas sim de cor da pele. E aí você tem um cara negro, que aí sim você tem preconceitos muito claros: movimentos de esconder bolsas, movimentos de pessoas estarem atrás de você achando que você vai roubar a loja. E, assim, é muito claro você estar no ônibus cheio e se tem um lugar do seu lado a pessoa não se senta. Tipo assim, é uma coisa muito louca! Nossa, demais assim! Não dá pra perceber porque é algo muito do cotidiano, muito sutil.

O estudante relata que as discriminações sofridas por ele são algo cotidiano e sutil. O caráter implícito do preconceito funciona como uma estratégia de manutenção da norma, assegurando a invisibilidade das assimetrias. No interior de discursos negacionistas, as

formas de organização social ancoradas na lógica da supremacia branca funcionam como ferramenta de imposição da máscara do silenciamento (Kilomba, 2019). Ao contrário, ao denunciar a existência de tais assimetrias, mediante a da publicização de suas experiências de preconceito racial, os negros questionam a norma e promovem a consciência acerca do que ela significa, desestabilizando e confrontando as estruturas de poder produtoras de exclusões históricas e dos privilégios decorrentes do sistema moderno colonial (Ribeiro, 2019).

Salientamos que o ‘vitimismo’ – simbolizado no ‘mi mi mi’, tal como se tem dito na conjuntura atual por grupos dominantes – mascara a deslegitimização das experiências da população negra. Entendemos que o evocado vitimismo pretende desqualificar a luta por igualdade de direitos entre os grupos étnico-raciais, e naturaliza a violência contra o outro. Nesse sentido, o ‘mi mi mi’ diz respeito ao preconceito que a população branca não sofre, à dor que ela não sente, ao tiro que não leva, à violência institucional e policial, à vulnerabilidade, estigmatização e marginalização que não vive, enfim, a uma posição de subalternidade que nunca ocupou, mas sempre fez existir.

O racismo presente nas relações humanas se refere a toda rede de significações manifestas na produção discursiva, imagens, gesticulações, comportamentos e olhares que posicionam pessoas negras em lugares de vulnerabilidade e marginalização (Kilomba, 2019), sendo elas constantemente associadas às práticas de criminalidade. Não por acaso são observados movimentos de pessoas esconderem bolsas porque ‘os negros vão lhe roubar’, episódios que demonstram a manutenção dos ditames do passado colonial e a tentativa de asseguramento da supremacia branca por meio de práticas discriminatórias, inviabilizando o alcance de patamares mais altos de igualdade racial e de redução das desigualdades sociais.

Outro aspecto é a incidência das instituições sociais no processo de subjetivação. As construções do nosso modo de ser se dão a partir do nosso encontro com o outro, e envolvem dimensões culturais e sócio-históricas de produções discursivas. Nessa perspectiva, a subjetividade se constitui com o exercício das “[...] instituições, da linguagem, da tecnologia, da ciência, da mídia, do trabalho, do capital, da informação” (Mansano, 2009, p. 111).

Reconhecer o racismo como estrutural, histórico e político leva à compreensão de que a construção da diferença está ligada a um projeto de sociedade, constituído a partir da produção de hierarquias que subalternizam uns para assegurar a dominação de outros. Kilomba (2019, p. 75, grifo da autora) explica que a construção hierárquica da diferença entre negros e brancos se dá a partir do processo de discriminação: a pessoa negra “[...] ‘só se torna diferente’ porque se ‘difere’ de um grupo que tem o poder de se definir como norma – a norma branca”.

A próxima narrativa foca as instituições midiáticas, que operam na construção das subjetividades e do imaginário social de modo a reforçar, desde as etapas iniciais de desenvolvimento de crianças (brancas e negras), os processos de branqueamento:

O mundo que vivemos é totalmente abastecido com uma carga branca e com um ideal branco. Você não tem referências negras para um menino negro, por exemplo. Você vai abrir um desenho, isso agora pode estar mudando de três anos pra cá, mas durante toda a minha infância você não tem um objetivo ou uma idealização de algo que não seja um cara branco [...]. Daí você tem uma fase de adolescência, né? Isso, eu estou falando de mim agora: você tem aquele objetivo de encontrar um cara branco, desde as figurinhas aos filmes pornôs, desde os filmes héticos também. Você tem uma visualização de todo seu entendimento a partir de pessoas brancas. Toda a sua vivência! E isto é péssimo. Você não se identifica.

As instituições culturais, educacionais, midiáticas, jurídicas etc. constituem sistemas que (re)produzem um determinado imaginário social a partir dos ideais de branquitude que alicerçam suas práticas. Isso evidencia o caráter ideológico do racismo, posto que toda ideologia carece de práticas sociais concretas para ser consolidada. Ela não é um espelho da realidade concreta, ao contrário disso, funciona como um dispositivo de falsificação da realidade, que, através das representações nas telenovelas, programas televisivos e de humor, por exemplo, produzem um imaginário social acerca de pessoas negras associado à criminalidade, vulnerabilidade e marginalização (Almeida, 2018).

De acordo com Veiga (2018), os veículos midiáticos são uma das principais ferramentas de elaboração do desejo, que por intervenção dos meios de consumo, fazem perpetuar uma imagem estereotipada do sujeito negro. A teledramaturgia, os desenhos de super-heróis, as propagandas, as revistas, entre outros, estão sempre sendo protagonizados por indivíduos brancos. Não por acaso, a fala do entrevistado explicita a sua não identificação com o que é produzido e apresentado nesses dispositivos. A identificação fica comprometida quando os personagens negros estão associados à invisibilidade, inexistência ou mesmo inferioridade.

Nesse cenário, as práticas das instituições midiáticas colaboram para a atualização dos mecanismos de opressão, utilizando-se dos meios de produção capitalista como ferramenta ideológica que assegura a manutenção do ideal e do desejo de branquitude e, consequentemente, a subalternidade e inferiorização da população negra. Não desarticulado dos padrões de consumo, os efeitos do colonialismo e as práticas da branquitude se fazem presentes também no campo dos afetos, como relata o entrevistado:

Numa balada, que você entra e tem um público predominantemente gay, mas você tem as preferências ali dispostas. Não é crime nenhum, não é racismo nenhum, ou talvez, seja um racismo enraizado. Os caras cis têm preferência, né? E daí, você vê claramente que você não pode ser um alvo de paquera pela cor da sua pele, ou pelo tom da sua pele. É algo que é muito forte: que é o colorismo. Você tem índices de tonalidade de pele que define o preconceito que você vai sofrer. Traços que você vai sofrer mais ou menos preconceito mesmo estando numa classe de luta por direitos, por exemplo, negros. Um exemplo é esse de não ser alvo de algo, e é muito sutil assim. Eu acho que não tem como eu descrever em palavras porque é muito sutil: são olhares, são atitudes!

Mais do que oferecer interpretações sobre os sistemas de opressão de raça e sua interseção com as questões de sexualidade, objetivamos produzir desconfortos e, talvez, desestabilizar a invisibilidade das assimetrias discutidas até aqui. Questionamos, então: como ‘ser alvo de paquera’ em uma sociedade que ridiculariza a população negra fazendo uso de personagens sem dentes, criminosos, bêbados e/ou drogados, sempre em situação de vulnerabilidade e/ou marginalidade? Como assegurar os padrões estéticos de uma sociedade classista, elitista e racista, que associou historicamente a população negra à inferioridade, se não for por meio da manutenção da figura caricata da ‘bicha preta’ e promiscua, que tenta seduzir todos os homens – em sua maioria brancos –, porém sendo geralmente rejeitada?

As experiências do entrevistado e as reflexões até aqui demonstram que, na dinâmica das relações sociais, há uma negação do reconhecimento e da legitimidade da experiência do próximo, exercida pelo racismo, indicando que, quanto mais fora do ideal imposto pela estrutura cisheteropatriarcal uma pessoa se encontrar, a mais preconceitos e discriminações ela será submetida (Veiga, 2018). O sistema capitalista, racista e heteronormativo articula estruturas rígidas e potentes que coexistem e estabelecem subjetividades mediante uma lógica que assegura as experiências de subalternidade. Diante disso, acreditamos que a luta antirracista, possibilitadora de desestabilização dessa

hegemonia, perpassa pelo tensionamento acerca da cultura que consumimos, que reforça os sistemas de dominação e produz as disparidades sociais entre diferentes grupos étnico-raciais.

Os não heterossexuais do grupo racial branco acabam por reproduzir o racismo nas relações sociais com pessoas LGBT+ negras, pois a comunidade LGBT+ também é marcada pela lógica hegemônica do grupo dominante. Desse modo, espaços sociais plurais, que a princípio seriam acolhedores para todas as pessoas que se diferem da norma heteronormativa, acabam fortalecendo experiências de exclusão pela razão de que LGBT+ brancos não têm confrontado seus privilégios sociais e materiais, não se engajando na luta por direitos que considera a interseccionalidade das opressões da sociedade contemporânea (Veiga, 2018).

Não incluir a luta contra as desigualdades raciais nas pautas de reivindicação LGBT+ é uma forma de manter a norma como dispositivo de poder, tornando contraproducente a luta pelo direito à diversidade sexual. Afinal, não discutir as experiências de exclusão de sexualidade e gênero articuladas a outros marcadores sociais de diferenciação, interdita mais uma vez o lugar ocupado pelo ‘outro’ em suas dimensões sociais, afetivas, sexuais etc., fragmentando a sociedade, potencializando a disputa entre diferentes grupos étnico-raciais e de sexualidade, no cotidiano, e construindo novas formas de hegemonia e dominação (Veiga, 2018; Akotirene, 2019). Assim, consideremos mais um trecho da narrativa do entrevistado:

Aí tem a luta LGBT, mas aí essas esperanças, esses objetivos e essa objetivações vão acontecer moldadas dentro do público gay. É algo dentro do público gay. No masculino você tem um desejo muito grande por corpos. A gente sabe que todos têm um, não sei, talvez um desejo grande por corpos. Você tem o físico ligado a isso. Aí você tem a pessoa negra ou o cara negro e aí você vai colocar toda essa carga racista em cima desse cara negro. Ele deve ter todos os estereótipos negros, ele tem que atender a todas as minhas expectativas e ele tem que ser assim. Eu vou tratar ele assim. [...] Se eu for falar de LGBT gay eu tenho que trazer a história da escravidão porque ela é maior: Isso é um fato muito importante! Antes de eu ser gay, eu sou negro. A menina negra, antes de ser menina, é negra [...]. A primeira percepção das pessoas vai ser que eu sou negro antes de ser gay, entendeu?

O racismo está inscrito no corpo como um indicativo de particularidades morais e estéticas. A produção de subjetividades – estruturada a partir de parâmetros de branquitude – incide na busca por se encaixar e/ou alcançar os padrões de brancura legitimados socialmente, via o consumo exagerado, do apelo ao corpo e das relações estabelecidas pela cultura da objetificação e coisificação do corpo, viabilizando a inscrição de pessoas negras não heterossexuais em relações de poder e de inferioridade (Luz, 2011). Se o bom gosto e o refinamento são elementos valorizados no meio LGBT+ na escolha de amizades e de relacionamentos afetivo-sexuais fruto de uma produção histórica materialista, classista e elitizada, torna-se imprescindível desestruturar as formas de preterimento do desejo afetivo e sexual hegemônico, ressignificando toda uma bagagem histórica que associou o sujeito negro ao ‘mau gosto’, ao exótico, à potência sexual, à virilidade e ao ‘não humano’.

Outro aspecto da fala do entrevistado refere-se à produção de uma hierarquização das opressões, ou seja, ao fato de que as opressões de raça se sobrepõem aos outros tipos de opressão — de classe, sexualidade e gênero — na vida da pessoa negra. Sem deslegitimar essa percepção, utilizamos o conceito de interseccionalidade para compreender as experiências de múltiplas opressões, compreendendo-as de forma horizontalizada (Crenshaw, 2002). Assumir essa posição não legitima a negação, segregação e/ou hierarquização de uma ou de outra experiência de exclusão; ao contrário, considera a operação conjunta de opressões que, analisadas em interação, ampliam o

entendimento acerca das experiências subalternas que inscrevem diferentes sujeitos em uma posição em comum: a de desigualdade.

Ainda sobre as vivências afetivas do entrevistado, o sistema de opressão da branquitude e as dinâmicas de poder nos relacionamentos interraciais são evidenciados em outro trecho de sua narrativa:

O meu ex-namorado, você tem amigos dele e tal. Você fala: estou namorando! Aí esses amigos não me viram ainda. Aí chego. Cara: é impressionante! Você tem assim: o rosto das pessoas, elas exalam preconceito! É incrível! Incrível! [...]. O namoro interracial tem dessas coisas e tem percepções mesmo no meio LGBT que, quando está namorando, você tem uma sensação de que o melhor naquele relacionamento, o privilegiado naquele relacionamento sou eu, negro, por ter me comportado bem, por ter me vestido bem, por ter ofuscado todas as minhas características ao máximo de negro para estar com um cara branco, para eu ser aceito por ele. Então, quem está sendo privilegiado aí seria eu, né? De uma maneira que, assim: “[...] ele que é o sortudo de ter encontrado um branco”. E daí entra nisso mesmo de que você tem conhecimento por parte da pessoa, né? Por parte do cara que você está namorando, de ele entender que aquilo talvez seja um favor, mesmo que inconscientemente: eu como negro estar namorando com ele e ter esse entendimento de que a qualquer momento eu estou numa competição louca com milhares de caras brancos pra pegar o meu branco, entendeu?

As marcas das atrocidades do sistema de escravização, os dispositivos de perpetuação da política da branquitude e os ideais de embranquecimento fazem que negros recusem a sua negritude, vivenciando experiências de autodepreciação. As experiências do entrevistado explicitam a percepção de não possuir um lugar dentro de sua própria experiência afetiva, corroborando uma distorção do seu amor por si mesmo (Veiga, 2018).

Sobre os relacionamentos interraciais, Ribeiro (2019) sinaliza o caráter indispensável do reconhecimento, por pessoas brancas, dos dispositivos de opressão pelos quais o racismo opera, pois podem (re)produzi-lo “[...] acreditando estarem imunes por terem um marido, uma esposa ou um filho negros” (p. 90). O não (re)conhecimento desses sistemas pode potencializar a crença de que não são racistas, por estarem se relacionando afetivamente com pessoas negras, culminando na utilização do parceiro como rede protetiva. Por isso, é mister legitimar o lugar de fala de pessoas negras que denunciam a realidade concreta do racismo; compreendendo que a empatia dos sujeitos brancos à experiência de quem sofre as opressões deve ser pautada em uma construção intelectual, ética e política, exercida nos vínculos afetivos com indivíduos pertencentes a grupos historicamente marginalizados. Ou seja, precisam criticar e questionar as próprias condutas de seu grupo, escutando a realidade do outro, de modo a consolidar ações práticas contra as opressões que o parceiro sofre.

Como aponta Ribeiro (2019), é necessário que todas as pessoas realizem o exercício de se perceberem de forma crítica, considerando a própria trajetória de vida e a posição social que ocupam em tensionamento com o sistema de opressão racial, de modo a reconhecer os próprios privilégios e a violação de direitos que determinados grupos raciais vivenciam. “Pessoas brancas devem se responsabilizar criticamente pelo sistema de opressão que as privilegia historicamente, produzindo desigualdades, e pessoas negras podem se conscientizar dos processos históricos para não reproduzi-los” (Ribeiro, 2019, p. 108). Esses processos de responsabilização e conscientização são potentes para exercer atitudes antirracistas no sentido de transformar contextos de violência que antes passariam despercebidos.

A construção de redes antirracistas e antissexistas possibilita o compartilhamento de experiências, favorecendo a compreensão, o autoconhecimento e modos de resistência aos diferentes sistemas de opressão. Enfim, reconhecer e legitimar a negritude e lutar

contra os modos de operação das exclusões potencializa as dimensões coletivas e/ou individuais de enfrentamento ao preconceito racial e sexual.

Considerações finais

As experiências de preconceito expressas pelo entrevistado, discutidas a partir de perspectivas feministas, em que a interseccionalidade é conceito central, permitem capturar múltiplas opressões vivenciadas em torno de dois eixos de subordinação: raça e sexualidade. Partimos da branquitude para problematizar, no âmbito das vivências universitárias, as violências e opressões perpetradas contra a população negra LGBT+, decorrentes de uma estrutura social construída a partir dos ditames do mundo moderno branco, masculino, heterossexual, burguês.

Na trajetória de vida do estudante constata-se a segregação geográfica, corroborando para a percepção de impossibilidade de ascensão social de pessoas negras. O acesso desses sujeitos aos espaços urbanos ocupados majoritariamente por pessoas brancas acontece a partir de um 'não-lugar', que nega a existência e legitimidade das suas experiências, colocando-os em posições cotidianas de subalternidade, por meio dos mecanismos de regulação social que garantem a invisibilidade das assimetrias na dinâmica social, o que acontece inclusive nas instituições de ensino superior.

Tais instituições cumprem não apenas o papel de transmissão de conhecimentos e de formação para o exercício profissional, mas participam também da (re)produção de redes de sociabilidade que circunscrevem experiências subjetivas. Constatamos, neste estudo, que embora a Universidade se afirme e posicione a partir do lugar da 'razão', ao não questionar as violências produzidas pela própria 'racionalidade', apresenta-se como lugar (supostamente) protegido dos inúmeros tipos de violência, da 'ignorância' e da 'irracionalidade', o que acaba por potencializar espaços estruturalmente racistas e heteronormativos. Desse modo, as discriminações raciais, sexuais e formas correlatas de violência, asseguradas pela hegemonia de espaços estruturados fundamentalmente pelos paradigmas universais da modernidade, (re)produzem e (re)afirmam a supremacia, hierarquização e inferiorização de brancos sobre negros e de heterossexuais sobre não heterossexuais.

As práticas de racismo recreativo, a coisificação e objetificação do corpo negro, a (re)produção das ideologias racistas de potência sexual e virilidade masculina, as representações distorcidas e estereotipadas nos veículos de comunicação, inscrevem a população negra em espaços de nomeação desqualificada, reverberando no imaginário social a manutenção de imagens negativas que associam a negritude à vulnerabilidade, marginalização e subserviência. Assim, compreender o racismo como estrutural da sociedade e estruturante das nossas relações se mostra como ferramenta de desestabilização do ordenamento social e dessas representações, fundamentalmente racistas, que mantêm as experiências de subalternidade no campo social, educacional, afetivo, sexual etc.

Apostamos em espaços onde a pluralidade de ideias seja valorizada como estruturante de redes de enfrentamento antirracistas e antissexistas, produtores de estratégias ético-políticas, práticas sociais, culturais, pedagógicas etc. de enfrentamento das injustiças históricas produzidas pelos sistemas de opressão branca, patriarcal, heterossexual e de classe. A utopia aqui não é considerada inalcançável, pois, se somos capazes de refletir sobre a realidade histórica de opressão, podemos materializar a luta por patamares mais elevados de justiça social e igualdade de direitos, construindo coletivamente práticas de transgressão!

Referências

Akotirene, C. (2019). *Interseccionalidade*. Pólen.

Almeida, S. L. (2018). *Racismo estrutural*. Pólen.

Bento, M. A. S. (2002). Branqueamento e branquitude no Brasil. In: I. Carone & M. A. S. Bento (Orgs.), *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil* (pp. 25-58). Petrópolis, RJ: Vozes.

Caetano, M. R. V., Teixeira, T. M. S., & Silva Junior, P. M. (2019). Bichas pretas e negões: seus fazeres curriculares em escolas das periferias. *Revista Teias*, 20(59), 39-55. <https://doi.org/10.12957/teias.2019.44438>

Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, 10(1), 171-188. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>

Curiel, O. (2017). Um diálogo decolonial na colonial cidade de Cachoeira/BA [Entrevista concedida à Analba Brazão Teixeira]. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, 3(4), 107-120. <http://dx.doi.org/10.9771/cgd.v3i4.24674>

Curiel, O. (2019). Crítica pós-colonial a partir das práticas políticas do feminismo antirracista. Tradução de Lídia de Abreu Generoso. *Revista de Teoria da História*, 22(2), 231-235. <https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/58979>

Fischer, R. M. B. (2001). Foucault e a análise do discurso em educação. *Cadernos de Pesquisa*, 114, 197-223. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742001000300009>

Freyre, G. (2003). *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Global.

Foucault, M. (1971). A ordem do discurso. Loyola.

Grosfoguel, R. (2016). A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistêmicídios do longo século XVI. *Sociedade e Estado*, 31(1), 25-49. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100003>

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA]. (2019). *Atlas da violência 2019*. https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34784

Jovchelovitch, S., & Bauer, M. (2003). Entrevista narrativa. In M. Bauer & G. Gaskell (Orgs.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático* (pp. 90-113). Vozes.

Júnior, A. J. N., & Coutinho, I. M. S. (2019). O espaço de gays negros dentro das instituições de ensino superior. In XXIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste (pp. 1-15). Vitória, ES. <http://portalintercom.org.br/anais/sudeste2019/resumos/R68-0402-1.pdf>

Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Tradução de J. Oliveira. Cobogó.

Lugones, M. (2014). Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, 22(3), 935-952. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>

Luz, R. S. (2011). A interseção dos conjuntos: gays e lésbicas negras em confronto com as hegemonias e sub-hegemonias. In G. Venturi & V. Bokany (Orgs.), *Diversidade sexual e homofobia no Brasil* (pp. 119-130). Fundação Perseu Abramo.

Magno-Silva, W. (2020). *Preconceito e violência contra homens gays universitários: análise de processos de hierarquização e inferiorização social* [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal de São João del-Rei. [https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/ppgpsi/DISSERTACAO%20WELLIGTON%20FINAL\(1\).pdf](https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/ppgpsi/DISSERTACAO%20WELLIGTON%20FINAL(1).pdf)

Mansano, S. R. V. (2009). Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. *Revista de Psicologia da UNESP*, 8(2), 110-117. <https://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/article/view/946>

Marques Junior, J. S. (2016). LGBT + negras: conhecimento e políticas em revista. (SYN THESIS, 9(1), 17-27. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/synthesis/article/view/42201>

Moreira, A. (2019). *Racismo recreativo*. Pôlen.

Nogueira, C., & Oliveira, J. M. (2010). Um olhar da psicologia feminista crítica sobre os direitos humanos de pessoas LGBT. In: C. Nogueira & J. M. Oliveira (Orgs.), *Estudos sobre a discriminação em função da orientação sexual e identidade de gênero*. Comissão para a Cidadania e Igualdade de Gênero – CIG. http://bibliobase.sermais.pt:8008/BiblioNET/upload/PDF2/0892_ESTUDO_ORIENTACAOSEXUAL_IDENTID.pdf

Oliveira, M. R. G. (2018). Trejeitos e trajetos de gayzinhos afeminados, viadinhos e bichinhas pretas na educação. *Revista de Estudos Indisciplinares em Gêneros e Sexualidades*, 1(9), 161-191. <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/25762>

Prado, M. A., & Machado, F. V. (2008). *Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade*. Cortez. https://clinicasdotestemunhosc.weebly.com/uploads/6/0/0/8/60089183/aula_5-preconceito_contra_homossexualidades.pdf

Ribeiro, D. (2019). *Pequeno manual antirracista*. Companhia das Letras

Secretaria Especial de Direitos Humanos [SEDH]. (2016). Relatório de violência homofóbica no Brasil: ano 2013. <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/lgbt/publicacoes/relatorio-de-violencia-homofobica-no-brasil-ano-2013>

Seffner, F. (2013). Sigam-me os bons: apuros e aflições nos enfrentamentos ao regime da heteronormatividade no espaço escolar. *Educação e Pesquisa*, 39(1), 145-159. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022013000100010>

Veiga, L. (2018). As diásporas da bixa preta: sobre ser negro e gay no Brasil. *Tabuleiro de Letras*, 12(1), 77-88. <https://revistas.uneb.br/index.php/tabuleirodeletras/article/view/5176>

Vinuto, J. (2014). A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, 22(44), 203-220. <https://www.semanticscholar.org/paper/A-AMOSTRAGEM-EM-BOLA-DE-NEVE-NAPESQUISA-UM-DEBATE-Vinuto/cd8e3ecb215bf9ea6468624149a343f8a1fa8456?p2>

Disponibilidade de dados: O conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo está publicado no próprio artigo.

Recebido em 14/09/2021
Aceito em 21/11/2022